



2º Simulado Especial

DPE SP

Analista de Defensoria - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado DPE-SP (Analista de Defensoria)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista de Defensoria do DPE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pqZtASGmRN31D9PJA>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	

LÍNGUA PORTUGUESA*Luiz Felipe***Férias da família**

Assim que as crianças entram no carro, ele sente-se em férias. Corre para a frente da televisão, tira os sapatos, embola as meias e atira no meio do tapete. Não há maior sensação de liberdade para um homem do que espalhar roupas pela casa sem o risco de ouvir reclamações. Comer e deixar os pratos empilhados é outra delícia. Todas as conquistas femininas dos últimos anos, que levaram o sexo masculino a dividir as tarefas da casa, vão por água abaixo. A invenção mais perfeita para um senhor em férias é o micro-ondas. Em poucos minutos, qualquer gororoba já começa a soltar fumaça.

Nesse instante, ele pensa: Como é boa a vida de solteiro! E é invadido por uma nostalgia imensa do tempo em que não era casado, não tinha filhos e tantas responsabilidades. O dinheiro era, principalmente, para se divertir.

Pressente que, de descanso, a esposa não tem nada. Na praia, passa os dias às voltas com as crianças, tratando das refeições, das roupas, das queimaduras e dos momentos em que os filhos estão entediados e querem arrancar uma orelha do outro.

Mesmo assim, ele se acha um tanto injustiçado e resolve que tem o direito de aproveitar. Pede à empregada que faça bife à milanesa com arroz e batatas fritas para o jantar. É seu grito de liberdade. A esposa nunca faz nada à milanesa. Vive de regime e as frituras estão interditadas. Ele adora.

À noite, lembra-se do bife à milanesa. Bota no micro-ondas. Retira uma sola de sapato com batatas molengas. Vai para a cama com o estômago reclamando.

Dali a dois dias, vai fazer café, e o pó acabou. Não há uma camisa de colarinho sequer. No caminho do trabalho, deixa todas na lavanderia. Chega atrasado. Ao voltar, o apartamento está com cheiro de úmido por causa das chuvas. As meias sujas brotam do tapete como cogumelos. Faz uma mala às pressas e, no dia seguinte, sai mais cedo do expediente para se refugiar na praia.

De noite, ambos caem exaustos na cama. Ouve de longe o barulhinho das crianças cochichando no quarto. Respira fundo e descobre: mal passou uma semana e já está morrendo de saudade da boa vida de casado!

(Walcyr Carrasco. *Veja SP*, 30.01.2002. Adaptado)

1. Após o marido ficar sozinho, realizando o seu sonho, assinale a opção com os sentimentos que vêm à tona quando ele se vê no meio do caos:

- a) liberdade, paz e sossego.
- b) Nostalgia, frustração e arrependimento.
- c) saudade, medo e pavor
- d) solidão, raiva e arrependimento.
- e) saudade, orgulho e frustração.

2. A partir da leitura do penúltimo parágrafo, infere-se que:

- a) O personagem decide ir à praia pois se arrependeu de ter deixado sua família ir sem ele.
- b) O apartamento do personagem está inabitável, o que o obriga a sair de casa.
- c) O personagem planejou com antecedência uma viagem relaxante para e decidiu ir depois.
- d) O personagem não vive sem sua esposa.
- e) O personagem está sobrecarregado com a rotina, acumulando pequenos problemas que o levam a buscar refúgio na praia como uma forma de fuga.

3. O marido disse à esposa: - Estou indo agora para a praia. Aqui está um caos.

Reescrevendo o trecho acima no discurso indireto, a forma correta seria:

- a) O marido disse à esposa que estaria indo agora para a praia, pois aqui estava um caos.
- b) O marido disse à esposa que estava indo agora para a praia, pois lá estava um caos.
- c) O marido disse à esposa que estava indo naquele momento para a praia, pois lá estava um caos.
- d) O marido disse à esposa que estava indo naquele momento para a praia, pois aqui estava um caos.
- e) O marido disse à esposa que está indo naquele momento para a praia, pois lá estava um caos.

4. Ao voltar, o apartamento está com cheiro de úmido por causa das chuvas.

A expressão sublinhada apresenta ideia de:

- a) condição
- b) modo
- c) dúvida
- d) tempo
- e) conformidade

5. Como é boa a vida de solteiro!

O termo sublinhado é:

- a) uma conjunção conformativa
- b) um advérbio de intensidade
- c) um advérbio de modo
- d) uma conjunção comparativa
- e) uma conjunção causal.

6. Assinale a opção em que as regras de concordância foram respeitadas:

- a) Estar em família é sentir o abraço que acolhe nos dias difíceis. É ter sempre um lugar onde o amor é incondicional.
- b) A família é o alicerce que nos fortalecem diante das tempestades. Com ela, aprendemos o verdadeiro significado de pertencimento.
- c) Os momentos em família são histórias vivas que guardamos no coração. São risadas à mesa, abraços apertados e lembranças que jamais se apaga.
- d) Na família, encontramos proteção e apoio para seguir em frente. É o porto seguro que nos acolhem, independentemente do que aconteça.
- e) Estar com a família é viver cercado por carinho e cumplicidade. É o lugar onde haverão momentos de amor sem quaisquer restrições.

7. Assinale a alternativa correta em relação à pontuação.

- a) Nos momentos difíceis é a família que nos sustenta. Com ela, encontramos apoio para seguir em frente, independentemente dos obstáculos.
- b) Mesmo com diferenças e desafios a família permanece unida.
- c) Os laços construídos em todos os dias das nossas vidas são mais fortes do que qualquer tempestade.
- d) Nada se compara ao abraço sincero de um familiar. Nele, encontramos conforto proteção e a certeza de que nunca estamos sozinhos.
- e) Cada momento em família se transforma em lembrança valiosa. São histórias compartilhadas, que carregamos conosco por toda a vida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

8. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- b) No controle difuso, cabe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeitos vinculantes.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta para questionar a omissão do Poder Público em relação à implementação de normas constitucionais.
- d) O controle de constitucionalidade preventivo deve ser exercido exclusivamente pelo Presidente da República ao vetar projetos de lei que considere inconstitucional.
- e) No Brasil, qualquer cidadão tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

9. João, magistrado em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Alfa, e Maria, magistrada em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Beta, pretendiam realizar uma permuta. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação à situação de João e Maria, que a permuta:

- a) somente é possível se forem magistrados de segundo grau de jurisdição, dentro do mesmo segmento de justiça;
- b) não é admitida, considerando que são magistrados em atuação no território de estados autônomos entre si;
- c) é possível entre magistrados do mesmo grau de jurisdição, qualquer que seja o segmento da justiça de um ou outro;
- d) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;
- e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

10. Ciente de que sua propriedade não está cumprindo uma função social, Caio procura um advogado para saber se existe alguma possibilidade jurídica de vir a perdê-la. De acordo com o disposto no sistema jurídico-constitucional vigente no Brasil, assinale a opção que apresenta a resposta correta:

- a) O direito de propriedade de Caio está cabalmente garantido, já que a desapropriação é instituto cabível somente nos casos de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.
- b) A propriedade que não cumpre sua função social, portanto, será objeto de expropriação, sem qualquer indenização a Caio que deu azo a tal descumprimento.
- c) O direito de Caio a manter suas terras deverá ser respeitado, tendo em vista que tem título jurídico

reconhecidamente hábil para caracterizar o seu direito adquirido.

- d) Não poderá ser feita a desapropriação, uma vez que somente é cabível a aplicação desse instituto nos casos de exploração de trabalho escravo.
- e) A propriedade, por interesse social, poderá vir a ser objeto de desapropriação sanção, devendo ser, no entanto, respeitado o direito de Caio à indenização.

11. João, brasileiro nato, maior de idade, analfabeto, nunca se alistou como eleitor e formulou um requerimento à Secretaria de Saúde do município Beta, solicitando a ampliação do atendimento médico gratuito na região onde reside. O pedido, entretanto, foi negado sob o argumento de que João não é cidadão e que a Lei Municipal nº Y exige o pagamento de uma taxa administrativa para a análise de solicitações individuais.

À luz da Constituição da República, a negativa da Secretaria de Saúde foi:

- a) correta, pois a ausência de alistamento eleitoral impede que João exerça plenamente seus direitos políticos e administrativos.
- b) correta, pois a cobrança da taxa administrativa é constitucional e aplicável a todos os requerimentos individuais à administração pública.
- c) errada, pois João, mesmo sem ser eleitor, pode exercer direitos fundamentais, os quais são garantidos aos brasileiros e estrangeiros, não podendo ser exigido o pagamento da taxa para peticionar ao poder público.
- d) correta, pois apenas os cidadãos em pleno gozo dos direitos políticos podem peticionar às autoridades públicas.
- e) errada, pois João deveria ter sido previamente notificado para regularizar sua situação eleitoral antes de ter seu pedido negado.

12. Maria e Carlos são vizinhos confrontantes em um bairro residencial e têm problemas frequentes devido ao barulho gerado por uma oficina que Carlos administra em sua propriedade. Sendo uma área predominantemente residencial, Maria está preocupada com a possibilidade de desvalorização do seu imóvel, que é de alto luxo, dada as suas excelentes condições financeiras, além do incômodo diário. Ao conversar com os demais vizinhos, eles informaram que o barulho produzido na oficina não chega a perturbá-los. Decidida a resolver a situação, Maria considera a possibilidade de mover uma ação contra Carlos para cessar as atividades da oficina.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- a) Maria deve procurar um juiz de paz para resolver a questão, pois este tipo de conflito não pode ser judicializado.
- b) Por se tratar de questões relativas a poluição sonora, de interesse difuso, Maria pode recorrer diretamente ao Ministério Público para mover a ação.
- c) Maria precisa de um advogado ou de acesso à Defensoria Pública para ajuizar uma ação de obrigação de fazer ou não fazer.
- d) por se tratar de interesse privado e em razão da situação pessoal de Maria, ela precisa de um advogado para o ajuizamento da ação, não de um Defensor Público;
- e) por dizer respeito ao direito de propriedade, que tem a natureza de direito fundamental, a ação pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

13. A respeito do chamado “Sistema Constitucional das Crises”, assinale a alternativa correta:

- a) É requisito indispensável para a decretação de estado de defesa e de sítio a prévia solicitação de autorização feita pelo Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional, que somente será concedida se aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- b) O Presidente para decretar o Estado de Sítio e o Estado de Defesa deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, cujas manifestações vinculam a decisão do Presidente.
- c) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- d) É medida permitida tanto no Estado de Defesa quanto no Estado de Sítio, a possibilidade de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- e) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de quinze de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

14. Um grupo de vereadores, que formava o bloco da minoria na Câmara Municipal de Alfa, ficou irredimido com o processo legislativo que resultou na sanção, pelo prefeito municipal, da Lei nº XX. No entender dos vereadores, esse diploma normativo afrontava normas de natureza fundamental da Constituição da República de 1988, que são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado, apesar dessas normas não terem sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta, em cujo território o Município Alfa estava localizado. Embora desejassem que a Lei nº XX fosse submetida ao controle de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, tinham dúvidas sobre essa possibilidade, bem como em relação aos respectivos legitimados.

Considerando as dúvidas existentes, procuraram um advogado, que lhes informou, corretamente, que a Lei nº XX

- a) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- b) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- c) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- d) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;

e) somente terá sua inconstitucionalidade examinada pelo Tribunal de Justiça de Beta por meio do incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que ocorrerá em sede de controle difuso de constitucionalidade.

15. Carlos, após regular processo judicial, foi condenado em sentença penal transitada em julgado à pena privativa de liberdade de dois anos. No mesmo período, ele planejava ingressar com uma ação popular contra um contrato irregular firmado pelo governador do estado Beta, que, segundo ele, causava prejuízo ao erário. Diante dessa situação, consultou seu advogado para saber se poderia ajuizar a demanda.

Foi corretamente esclarecido a Carlos que:

- a) a condenação penal transitada em julgado acarreta a suspensão de seus direitos políticos, impedindo-o de propor a ação popular;
- b) por não ter sido condenado à perda da nacionalidade brasileira, ele mantém o direito de ajuizar a ação popular;
- c) a suspensão dos direitos políticos não impede o ajuizamento da ação popular, pois esta visa à tutela do interesse coletivo;
- d) apenas a condenação superior a quatro anos impede o ajuizamento da ação popular, pois nesse caso há cassação automática da cidadania;
- e) mesmo com a condenação penal, Carlos mantém sua plena capacidade jurídica para ingressar com a ação popular.

16. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica
- d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.
- e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa contratação:

- a) Deve ser realizada por dispensa de licitação, pois a Administração Pública pode optar entre licitação e contratação direta para eventos culturais.
- b) Exige a realização de licitação obrigatória, uma vez que a exclusividade da representação não impede a competição entre interessados.
- c) Caracteriza uma hipótese de inexigibilidade de licitação, pois a inviabilidade de competição é comprovada pela exclusividade da representação e pela notória consagração do artista.
- d) Depende da comprovação de que não há outros artistas disponíveis no mercado para justificar a inexigibilidade de licitação.
- e) Constitui uma situação de licitação dispensável, já que a exclusividade da representação não impede que outros concorram.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

17. Um órgão da administração pública editou um ato administrativo concedendo uma autorização para a realização de um evento em praça pública. No documento, foram expostos os fundamentos da decisão, como a adequação do evento às normas municipais, a inexistência de impedimentos e a conveniência administrativa. Esses fundamentos que justificam a prática do ato administrativo referem-se ao seguinte elemento do ato:

- a) Finalidade
- b) Forma
- c) Motivo
- d) Competência
- e) Objeto

18. Um município pretende contratar um cantor de grande renome nacional para se apresentar na celebração do aniversário da cidade. O artista é representado exclusivamente por uma produtora que gerencia suas apresentações em todo o país.

19. Sobre o processo administrativo no âmbito federal, conforme a Lei nº 9.784/1999, analise as seguintes afirmativas:

- I. O processo administrativo federal pode ser iniciado tanto de ofício pela Administração quanto por provocação do interessado.
- II. O administrado tem o direito de apresentar alegações e documentos em qualquer fase do processo, inclusive após a decisão final.
- III. A presença de advogado é facultativa no processo administrativo, salvo disposição legal em contrário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

20. A fim de melhorar a gestão de suas políticas públicas, um estado decidiu criar uma nova secretaria para coordenar programas específicos, supervisionar unidades regionais e aprimorar o atendimento à população. Esse processo, no âmbito da organização administrativa, caracteriza:

- a) Avocação administrativa.
- b) Centralização administrativa.
- c) Descentralização administrativa.
- d) Concentração administrativa.
- e) Desconcentração administrativa.

21. Carlos, servidor público, foi designado para presidir a comissão responsável pela contratação de uma empresa para prestação de serviços a um órgão estadual. Após a assinatura do contrato, verificou-se que a empresa vencedora não atendia a um dos requisitos previstos no edital, o que resultou na rescisão do contrato e em prejuízo financeiro para a Administração. Entretanto, uma auditoria concluiu que Carlos e os demais membros da comissão não agiram com dolo, má-fé ou intenção de causar dano ao erário.

Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta:

- a) Carlos poderá ser responsabilizado por improbidade administrativa por lesão ao erário, ainda que não tenha agido com dolo, pois houve prejuízo à Administração.
- b) A responsabilização por improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública independe da comprovação de dolo, sendo suficiente a falha na condução do processo.
- c) Para que Carlos responda por improbidade administrativa, é imprescindível que se comprove a existência de enriquecimento ilícito por parte do agente.
- d) A inexistência de dolo impede a responsabilização de Carlos por ato de improbidade administrativa,

mesmo que tenha havido prejuízo financeiro à Administração.

- e) A configuração de ato de improbidade administrativa exige a comprovação de dolo ou culpa, sendo esta última suficiente para responsabilização nos casos de prejuízo ao erário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

22. Em determinada localidade, o servidor Renato, integrante da fiscalização municipal, constatou que um imóvel havia sido vendido para o novo proprietário sem que houvesse o pagamento do imposto sobre a propriedade predial urbana relativo a 3 anos anteriores à data da transmissão. A antiga proprietária, após a transação, alegou não ter mais responsabilidade sobre o débito. A nova proprietária, por sua vez, argumentou que a obrigação tributária seria exclusivamente do transmitente. Considerando as regras do Código Tributário Nacional, Renato deve:

- a) Notificar a antiga proprietária, pois a responsabilidade é exclusivamente dela.
- b) Dispensar ambas as partes do pagamento do imposto, pois com a venda o crédito foi extinto.
- c) Lançar o imposto contra a nova proprietária, pois o Código Tributário Nacional dispõe que o adquirente responde pelos débitos do imóvel, salvo prova de quitação.
- d) Isentar o adquirente, pois o Código Tributário Nacional atribui o dever ao transmitente.
- e) Aplicar multa apenas à antiga proprietária, pois a responsabilidade do adquirente não envolve quaisquer penalidades.

23. Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o princípio da anterioridade tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- b) A majoração de alíquotas de tributos deve observar o princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- c) A criação de um novo tributo exige respeito ao princípio da anterioridade.
- d) A redução de prazo para recolhimento de tributos não está sujeita ao princípio da anterioridade.
- e) A fixação de nova base de cálculo para tributo não precisa respeitar o princípio da anterioridade.

24. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca da competência tributária, assinale a alternativa correta:

- a) É plenamente possível que um ente federativo delegue a outro ente a competência para instituir tributos.
- b) A delegação de competência tributária pode abranger a edição de leis que definam novas hipóteses de incidência.
- c) A não utilização da competência tributária por um ente permite que outro ente venha a exercê-la de forma legítima.
- d) A delegação para arrecadação e fiscalização de tributos não implica delegação de competência tributária.
- e) A competência legislativa plena de um ente federativo exclui a necessidade de observar as limitações constitucionais.

25. Considerando a disciplina constitucional referente às contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, assinale a alternativa correta:

- a) As contribuições sociais podem incidir sobre receitas de exportação, desde que haja lei complementar autorizando.
- b) É vedada a incidência de contribuições sobre importações de serviços ou de produtos estrangeiros.
- c) As contribuições de intervenção no domínio econômico podem adotar alíquotas específicas ou ad valorem, conforme previsão em lei.
- d) As contribuições sociais exigem sempre a edição de decreto legislativo para sua execução.
- e) As contribuições de intervenção no domínio econômico não se sujeitam ao princípio da anterioridade.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

26. Considerando o direito à igualdade de oportunidades e o direito à não discriminação, é correto afirmar que a pessoa com deficiência

- a) não conservará amplamente seus direitos reprodutivos, pois deverá passar por pesquisa genética quanto à sua deficiência antes de ter filhos.
 - b) não será necessariamente curatelada, mas não poderá ser curadora de outra pessoa.
 - c) poderá casar-se, mas não lhe será reconhecida união estável
 - d) poderá ser adotada e poderá adotar quando curatelada.
 - e) será contemplada com ações afirmativas, podendo optar pela fruição dos benefícios delas decorrentes.
-

27. Com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, a qual promoveu a reforma do Poder Judiciário, altera-se o procedimento de internalização de Tratados de Direitos Humanos. Diante da previsão de um procedimento especial, desde seu quórum até o número de turnos para sua aprovação, após amplo debate jurisprudencial restou decidido que todos os Tratados de Direitos Humanos aprovados antes da referida Emenda:

- a) terão *status* imutável de norma supralegal
- b) assumem natureza de norma supraconstitucional haja vista a inexistência de procedimento especial até o advento da Emenda
- c) poderão ser reapreciados em procedimento especial para que atinjam status de norma constitucional
- d) têm natureza supralegal e dependerão de nova apreciação para que produzam seus efeitos
- e) restam equiparados às leis ordinárias, tal como os demais tratados que não dispõem sobre Direitos Humanos

28. Em conformidade com o sistema regional interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, no que se refere ao processo, tem-se que

- a) a sentença da Comissão deverá ser fundamentada
- b) a sentença proferida pelos juízes será imutável, não podendo dela constar voto dissidente ou individual
- c) da sentença proferida pela Corte Interamericana caberá recurso de apelação para a Corte Internacional de Justiça
- d) os Estados poderão cumprir a decisão da corte no todo ou em parte, o que expressa sua soberania
- e) quando houver sentença que determine indenização compensatória poderá ser executada no país respectivo pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado.

29. A partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a vigência e eficácia dos tratados internacionais de direitos humanos dependem de diversos fatores. Quanto à temática assinala a alternativa correta:

- a) Todo tratado internacional de direitos humanos começará a produzir seus efeitos quando assinado pelo chefe de Estado.
- b) A eficácia dos tratados internacionais de direitos humanos é imediata em todos os países signatários, sem necessidade de internalização pelo ordenamento jurídico nacional.
- c) Para que um tratado internacional de direitos humanos tenha vigência no plano interno de um país, basta que se cumpram os requisitos previstos pelo instrumento, como a assinatura por um número mínimo de Estados
- d) No Brasil, tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo país possuem sempre status de norma constitucional, independentemente do procedimento de incorporação.
- e) O processo de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil está condicionado ao cumprimento do procedimento realizado tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Executivo

30. Os Direitos Humanos, tradicionalmente concebidos como limitações ao poder estatal, também podem influenciar as relações privadas. Sobre esse tema, assinale os itens a seguir:

- I. Os Direitos Humanos têm como única finalidade limitar o poder do Estado sobre os indivíduos.
- II. A eficácia horizontal dos Direitos Humanos significa que eles podem ser aplicados diretamente nas relações entre particulares, como é o caso da imposição de deveres a particulares.
- III. Os Direitos Humanos só podem ser exigidos em relações jurídicas privadas quando houver previsão expressa na legislação infraconstitucional.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

31. A advogada atuante na área dos Direitos Humanos Aline das Couves, afirmou em uma de suas audiências que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é totalmente infensa à tortura. Gustavo, no entanto, insurgiu-se contra essa assertiva sob o argumento de que a Declaração reconhecia que toda pessoa humana está imersa no agregado social, logo, o interesse individual nem sempre sobrepujava o coletivo, o que justificaria a prática da tortura em situações específicas, como os casos de guerra declarada.

À luz dos termos da referida Declaração, é correto afirmar que

- a) o nascimento da dignidade da pessoa humana trata como premissa a existência do indivíduo junto ao seio social, logo, Gustavo está certo
- b) excepcionalmente a tortura será admitida, sobretudo diante de crimes de grave violação aos direitos humanos, de modo que Gustavo está certo
- c) a tortura encontra vedação absoluta junto ao texto da Declaração, não comportando exceções, de modo que Aline está certa

d) a advogada está certa, a tortura não pode ser admitida quando inexistir indícios de autoria e prova da materialidade

e) a declaração mencionada é tratado que não prevê proscrição à tortura.

32. Aline vivia em união estável com Luana há três anos, dividindo um charmoso apartamento na cidade do Rio de Janeiro. Em meados de abril de 2024, descobre que estava sendo traída por Luana. Tomada por uma ira descomunal, Aline volta para casa e resolve confrontar Luana, que reage e ambas iniciam uma série de agressões verbais. Perdendo o controle de seus ímpetos, Aline parte para agressão física, desferindo inúmeros socos e pontapés em Luana, que optou por não revidar. No dia seguinte, Luana procura pela Delegacia da Mulher para relatar o ocorrido. Dessa data em diante a relação chega ao seu fim.

De acordo com a Lei federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o caso enunciado

- a) não poderia ser enquadrado à luz da referida Lei por tratar de uma agressão entre um casal homoafetivo do sexo feminino
- b) requer-se, para fins de aplicação da Lei Maria da Penha, que a convivência entre agressor (a) e vítima seja atual, de modo que como o relacionamento chega ao fim, nada mais pode ser apurado
- c) uma vez que o casal coabitou, estabeleceu sua relação estável em residência comum, o que faz com que seja possível a aplicação da Lei Maria da Penha, requisito essencial para a aplicação da norma
- d) enquadra-se no conceito de violência doméstica e familiar, pois tem-se uma relação íntima de afeto, na qual a agressora tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação
- e) não há mais nada que possa ser feito, uma vez que a convivência entre a agressora e a vítima já se desfez há mais de um ano

33. Junto à primeira fase de internacionalização dos Direitos Humanos, cria-se um conjunto de normas para a proteção de todos aqueles que fossem vítimas dos conflitos bélicos. A esse conjunto de direitos deu-se o nome de:

- a) precedente, qual seja o Direito Humanitário
- b) precedente, qual seja o Ato Geral da Conferência de Bruxelas
- c) precedente, qual seja os Direitos do Homem
- d) vertente, qual seja o Direito dos Refugiados
- e) vertente, qual seja os Direitos Humanos em sentido estrito

34. Nos termos do que refere o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei n. 10.741/2003, julgue os itens a seguir.

- I. Negligenciar os direitos da pessoa idosa, incluindo a omissão de cuidados necessários que causem prejuízos tanto físicos quanto emocionais, será considerada prática criminosa.
- II. O Estatuto da Pessoa Idosa é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior à sessenta anos, garantindo superioridade aos maiores de sessenta e cinco anos.
- III. Caso a pessoa idosa tenha três filhos, diante da análise dos aspectos do caso concreto, será seu direito optar de qual deles cobrará alimentos diante da obrigação alimentar solidária.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lilian Novakoski

35. Mariana, com 14 anos descobriu que tinha sido adotada quando ainda era bebê. Desde então, tem uma relação de conflitos com seus pais e deseja desfazer a adoção. Nesta situação, conforme o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Mariana deverá aguardar a maioridade civil para pedir acesso ao seu processo de adoção e conhecer sua história e a identidade de seus pais naturais.
- b) Os genitores poderão desistir da adoção ou devolver adolescente sem qualquer sanção.
- c) Mariana poderá ser encaminhada para serviço de acolhimento e permanecer até sua maioridade
- d) A irrevogabilidade da adoção não é uma regra absoluta, podendo ser afastada em casos excepcionais.
- e) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado, não cancelando registro anterior

36. Conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, é correto afirmar que:

- a) É criança aquele que possui 12 anos completos e o Estatuto aplica-se somente aos menores de 18 anos.
- b) É dever exclusivo do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- c) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação, aos seus direitos fundamentais.
- d) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- e) É direito da criança e adolescente a garantia de prioridade, que compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, salvo se existir idosos e gestantes aguardando atendimento anteriormente.

37. Com relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Verificada a prática de ato infracional grave por adolescente em situação de rua, poderá o juiz aplicar medida de liberdade assistida cumulada com medida protetiva de inclusão em acolhimento familiar.
- b) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- c) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas protetivas previstas em lei.
- d) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão da conduta do menor.
- e) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal, sendo assegurada, dentre outras garantias o pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente e direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

38. Lei 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Sobre essa lei, assinale a alternativa correta:

- a) Estabelece que o SINASE é voltado exclusivamente para adolescentes em medida de internação.
- b) Define que a medida socioeducativa de internação pode ser aplicada a qualquer ato infracional, independentemente de sua gravidade.
- c) Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.
- d) Revoga o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere às medidas socioeducativas.

e) Permite a aplicação de medidas socioeducativas a crianças menores de 12 anos.

39. Sobre a evolução histórica da proteção à infância e adolescência no Brasil, qual alternativa melhor define o modelo da "situação irregular"?

- a) Modelo que considerava todas as crianças como sujeitos de direitos, priorizando a educação e a saúde pública.
- b) Sistema de proteção baseado na doutrina da proteção integral, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.
- c) Modelo que atendia apenas crianças em situação de abandono, marginalidade ou conflito com a lei, sem garantir direitos universais.
- d) Estrutura de atendimento baseada na intersetorialidade e nos direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- e) Abordagem que priorizava o interesse superior da criança, garantindo sua proteção em qualquer circunstância.

40.A Lei nº 13.431/2017, ao instituir o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, define corretamente o depoimento pessoal como:

- a) A escuta especializada como o procedimento de inquirição judicial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, conduzido por profissionais capacitados.
- b) O depoimento especial como o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, realizado perante autoridade policial ou judiciária, resguardando sua integridade.
- c) A entrevista forense como um meio de acolhimento psicológico da vítima, sem caráter investigativo, com o objetivo de fornecer suporte emocional.
- d) O depoimento sem dano como a oitiva extrajudicial de crianças vítimas de violência, garantindo a proteção da imagem e da intimidade.
- e) A escuta protegida como um método geral de atendimento psicossocial voltado para crianças vítimas de qualquer forma de negligência ou violência.

41.A Lei 13.257/2016 estabelece diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância. Dentre as disposições previstas na lei, assinale a alternativa correta:

- a) A lei restringe os direitos da criança na primeira infância apenas ao âmbito da saúde e educação, sem considerar outros fatores sociais.
- b) O Marco Legal da Primeira Infância não prevê nenhuma ampliação da licença-paternidade para os trabalhadores.
- c) A lei reconhece a primeira infância como o período que vai do nascimento até os três anos de idade.
- d) O Marco Legal da Primeira Infância estabelece que a formulação de políticas públicas para crianças de até seis anos deve considerar a especificidade dessa fase do desenvolvimento.

e) A legislação não traz nenhuma inovação quanto à participação da família na formulação de políticas públicas para a primeira infância.

42. Julgue as assertivas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I - Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é considerada infração, punível com multa.
- II - Existindo suspeita de maus tratos, cabe somente ao médico que atendeu criança ou adolescente comunicar autoridade competente.
- III - Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente é punível com multa.

Estão corretas

- a) I e II
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e III

43. Joãozinho, com 13 anos de idade, foi flagrado espancando com uma soqueira um homem, visando subtrair objetos deste, como celular e carteira. Nesta situação hipotética, é correto afirmar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado ao Conselho Tutelar.
- b) Caso o adolescente não seja liberado, autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- c) No caso em tela, somente poderão ser aplicadas medidas de proteção, em razão da idade do menor.
- d) Caso o adolescente não seja liberado, sendo impossível a apresentação imediata ao Ministério Público, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de um dia útil.
- e) No caso em tela, a autoridade competente poderá aplicar, dentre outras, ao adolescente as seguintes medidas: prestação de serviços à comunidade, colocação em família substituta e internação.

de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

- d) a legítima defesa real sucessiva é possível em nosso ordenamento jurídico.
- e) é isento de pena aquele que pratica o fato em situação de embriaguez accidental, ainda que se trate de embriaguez parcial.

45. Roberto, 19 anos, conheceu Milena, menina de 13 anos de idade, em uma festa de aniversário. Após conversarem, foram até o carro de Roberto e, no banco de trás, começaram a trocar beijos e carícias em suas partes íntimas. Quando Roberto e Milena já estavam despidos e se preparavam para realizar o ato sexual, o pai de Milena apareceu e interrompeu a ação.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Roberto configura:

- a) Importunação sexual, consumada
- b) Estupro qualificado pela idade da vítima, consumado
- c) Estupro qualificado pela idade da vítima, tentado
- d) Estupro de vulnerável, tentado
- e) Estupro de vulnerável, consumado

DIREITO PENAL

Renan Araujo

44. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O excesso nas excludentes de ilicitude sempre é punível.
- b) pela teoria da *actio libera in causa*, aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária não deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato.
- c) considera-se em estado de necessidade o agente de segurança pública que repele agressão ou risco

46. Fábio, reincidente, decide invadir uma residência desabitada em um bairro residencial. Ele escolhe agir durante a madrugada, por volta das 3h, quando a imensa maioria dos moradores da vizinhança está dormindo, o que facilitaria a ação criminosa. Fábio, então, arromba a porta dos fundos da casa e entra silenciosamente, passando cerca de uma hora dentro da residência, furtando diversos objetos. Após subtrair os bens, Fábio empreende fuga.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois se trata de furto qualificado, o que afasta a aplicação da majorante, conforme entendimento do STJ.
- b) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois o crime foi praticado em uma residência desabitada.
- c) Fábio terá a pena aumentada de um terço, conforme o § 1º do art. 155 do Código Penal, pois o crime foi praticado durante o repouso noturno, independentemente de a residência estar desabitada.
- d) Não será aplicável a majorante do repouso noturno, pois o aumento de pena só se aplica quando o crime é praticado em estabelecimentos comerciais durante o período noturno.
- e) Caso os bens subtraídos sejam de pequeno valor, o Juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

47. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) Bens e valores particulares não podem ser objeto material do crime de peculato, que pressupõe a natureza pública do dinheiro, valor ou bem móvel apropriado pelo servidor.
- b) A oposição passiva à execução de ato legal, sem violência ou ameaça, configura crime de resistência.

- c) O crime de prevaricação pode ser praticado tanto na forma omissiva quanto na forma comissiva.
- d) O crime de advocacia administrativa é considerado um crime comum.
- e) O crime de corrupção passiva privilegiada exige o elemento subjetivo específico do tipo, consistente na intenção de satisfazer interesse próprio.

48. Josias foi denunciado pela suposta prática de crime contra a dignidade sexual, em tese praticado contra sua ex-enteada. No curso do processo, Josias procurou uma das testemunhas de acusação e a ameaçou, dizendo que deveria “ficar de bico fechado” ou “sofreria as consequências”. A testemunha, embora com medo, prestou depoimento em Juízo, o que foi fundamental para a condenação de Josias pelo crime sexual.

Nesse caso, é correto afirmar que Josias:

- a) Praticou crime de ameaça, tentado.
- b) Praticou crime de ameaça, consumado.
- c) Praticou crime de coação no curso do processo, tentado, com aumento de pena de um terço à metade.
- d) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, sem aumento de pena.
- e) Praticou crime de coação no curso do processo, consumado, com aumento de pena de um terço à metade.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL*Antônio Pequeno*

49. De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984) é correto afirmar:

- a) A prática de falta grave pode acarretar a perda de até 1/6 dos dias remidos.
- b) Pela prática de falta grave o preso pode ser penalizado com o isolamento de até 20 dias.
- c) Todo isolamento deverá ser comunicado ao Juiz da Execução Penal.
- d) O regime disciplinar diferenciado pode ser renovado por até dois anos em qualquer hipótese.
- e) O isolamento preventivo pode ser determinado por até 15 dias.

50. Quanto à progressão de regime marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984).

- a) O condenado reincidente em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 30% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- b) O condenado primário em crime com violência ou grave ameaça à pessoa para progredir de regime deverá cumprir 20% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- c) O condenado reincidente em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- d) O condenado primário em crime hediondo ou equiparado com o resultado morte para progredir de regime deverá cumprir 40% do total da pena para preencher o requisito objetivo.
- e) O condenado reincidente no crime de milícia privada para progredir de regime deverá cumprir 60% do total da pena para preencher o requisito objetivo.

51. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.

- a) A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 8 (oito) anos, é um efeito automático da condenação
- b) No caso de condenação em crime de abuso de autoridade haverá automaticamente a perda do cargo, do mandato ou da função pública
- c) As penas restritivas de direitos devem ser aplicadas cumulativamente
- d) Os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada
- e) A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 12 meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

52. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- a) admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.
- b) agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.
- c) a pena de perda do cargo, do mandato ou da função pública somente é aplicável em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
- d) caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.
- e) A pena de prestação de serviço à comunidade não é uma pena restritiva de direito

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

53. O direito de não ser obrigado a produzir qualquer prova que possa incriminá-lo, como em situações que envolvem intervenções corporais para a coleta de material para exames laboratoriais, está fundamentado em um princípio do direito processual penal conhecido como:

- a) princípio do *nemo tenetur se detegere*.
- b) princípio do juiz natural.
- c) princípio da busca da verdade.
- d) princípio da autodefesa.
- e) princípio da ampla defesa.

54. No que se refere à aplicação da legislação processual penal em diferentes tempos, locais e em relação às pessoas, é correto afirmar que:

- a) a legislação processual penal não é aplicável aos processos relacionados a crimes de imprensa, de acordo com a jurisprudência atual.
- b) a legislação processual penal tem aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos atos praticados sob a vigência de normas anteriores.
- c) a legislação processual penal não permite interpretação extensiva.
- d) a legislação processual penal aceita interpretação extensiva, mas não permite aplicação analógica.
- e) o processo penal é regulado, em todo o território nacional, pelo Código de Processo Penal, incluindo situações que envolvem tratados e normas de direito internacional.

55. Em relação ao inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depende de representação, é correto afirmar que:

- a) é necessária a manifestação prévia do Ministério Público.
- b) não pode ser arquivado pelo Ministério Público.
- c) não pode ser iniciado sem a apresentação da queixa.
- d) depende da iniciativa do Ministério Público para sua instauração.
- e) não poderá ser iniciado sem ela.

56. Sobre os conceitos relacionados à cadeia de custódia da prova conforme estabelecido no Código de Processo Penal:

- a) O armazenamento refere-se ao procedimento de liberação do vestígio, observando a legislação pertinente e, quando necessário, com autorização judicial.
- b) A fixação consiste na ação de coletar o vestígio que será submetido à perícia, garantindo que suas características e natureza sejam preservadas.
- c) O isolamento é o ato de identificar um elemento como potencialmente relevante para a produção da prova pericial.
- d) O processamento é o exame pericial em si, ocorrendo a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.
- e) O descarte refere-se ao ato formal de transferir a posse do vestígio, que deve ser registrado com, no mínimo, informações sobre o número do procedimento, a unidade policial envolvida, o local de origem, o nome do responsável pelo transporte do vestígio, o código de rastreamento, a natureza do exame, o tipo do vestígio, o protocolo, além da assinatura e identificação de quem o recebeu.

57. Carlos entrou em um ônibus e, por meio de grave ameaça, utilizando uma arma de fogo, exigiu que os passageiros entregassem seus telefones celulares. Em seguida, Carlos fugiu, mas foi capturado em flagrante por policiais que realizavam patrulhamento na área. Após o ocorrido, Carlos foi levado à Delegacia de Polícia, onde foi registrado o auto de prisão em flagrante. Posteriormente, Carlos foi encaminhado à audiência de custódia. Sobre as disposições constitucionais relacionadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar:

- a) A prisão de Carlos e o local em que ele se encontra devem ser comunicados em até 24 horas ao juiz competente e à família do detido ou à pessoa por ele designada.
- b) Carlos não possui direito à identificação dos agentes responsáveis por sua prisão, devido ao caráter inquisitorial do inquérito policial.
- c) Se a prisão de Carlos for considerada ilegal, deverá ser concedida a liberdade provisória a ele.
- d) Não é necessário que Carlos seja submetido a exame de corpo de delito ad cautelam no Instituto Médico Legal.
- e) Carlos será informado sobre seus direitos, incluindo o de permanecer em silêncio, e deve ter assegurada a assistência de sua família e de um advogado.

58. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a assertiva correta, em relação à liberdade provisória e suas modalidades

- a) A autoridade policial não poderá conceder fiança cujo valor, em regra, ultrapasse 100 salários-mínimos.
- b) Os crimes inafiançáveis, pela gravidade da lesão ao bem jurídico tutelado, não são passíveis de liberdade provisória.
- c) A fiança poderá ser aumentada em até 10.000 (dez mil) vezes se a situação econômica do preso for favorável.
- d) A fiança poderá ser concedida em caso de prisão civil, mas não em caso de prisão militar.

- e) Se o condenado não se apresentar para o início do cumprimento da pena, considerar-se-á perdido, em metade, o valor da fiança.

59. Marque a alternativa correta, com relação à ação penal:

- a) Quando não houver justa causa para a ação penal, o Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- b) Não são admitidas no ordenamento jurídico brasileiro ações penais de iniciativa privada em crimes de ação penal pública.
- c) A depender do caso concreto, a ação penal pública dependerá de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido, ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) Nos crimes de ação penal privada, o ofendido poderá escolher por exercer o direito de queixa contra alguns dos autores já conhecidos do crime.
- e) Haverá a decadência da ação penal pública condicionada à representação, se o direito de representar não for exercido no prazo de seis meses, a contar da data da infração penal.

60. De acordo com o Código de processo penal, será determinada a competência jurisdicional:

- a) pelo tempo da infração.
- b) pelo domicílio da vítima.
- c) pela prevenção.
- d) pelas características do agente, salvo prerrogativa de função.
- e) pela conexão, mas não a continência.

61. No âmbito do processo penal, o réu desempenha um papel crucial, sendo considerado o sujeito passivo da ação, acusado de cometer um delito. Em relação ao réu e ao seu defensor, é correto afirmar que:

- a) O réu pode optar por permanecer em silêncio em relação às perguntas feitas pelo juiz, mas deve responder às indagações do Ministério Público.
- b) O direito à ampla defesa garante ao réu a liberdade de escolher não contar com a assistência de um advogado, mesmo que não tenha formação na área jurídica.
- c) Se um advogado particular decidir não continuar a defesa do réu, este será automaticamente assistido pela Defensoria Pública, independentemente de sua vontade de nomear um novo advogado.
- d) Mesmo que o réu não tenha um advogado constituído, ele possui o direito à defesa, podendo contar com a assistência da Defensoria Pública.
- e) Nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, salvo aquele que se encontrar ausente ou foragido.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

62. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição é suspensa pela morte do credor, retomando seu curso após a abertura do inventário.
- b) Constitui causa interruptiva da prescrição a pendência de condição suspensiva.
- c) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.
- d) Simples protesto cambial não interrompe a prescrição.
- e) Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

63. Com relação à cláusula penal, assinale a alternativa correta.

- a) Quando se estipular cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor.
- b) Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, ou o desempenho da obrigação principal.
- c) O valor da cominação imposta na cláusula penal pode exceder o da obrigação principal.
- d) Para exigir a pena convencional, é necessário comprovar o prejuízo.
- e) Se o prejuízo exceder o previsto na cláusula penal, poderá o credor exigir indenização suplementar, ainda que não se tenha convencionado.

64. Com relação ao contrato de fiança, assinale a alternativa correta.

- a) Admite-se a fiança verbal, quando o contrato principal dispensar a forma escrita.
- b) Não se pode estipular fiança sem o consentimento, expresso ou tácito, do devedor.
- c) A fiança pode ser de valor inferior ou superior ao da obrigação principal.
- d) O fiador demandado tem direito a exigir, até a sentença, que sejam primeiro executados os bens do devedor.
- e) A fiança conjuntamente prestada por mais de uma pessoa importa, em regra, o compromisso de solidariedade entre elas.

65. Com relação ao casamento e à união estável, assinale a alternativa correta.

- a) É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
- b) A pessoa com deficiência mental em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio do seu responsável ou curador.
- c) É nulo o casamento de quem ainda não completou 16 anos de idade.
- d) Na união estável, as relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, coabitação, respeito e assistência.
- e) É possível a união estável entre o homem divorciado e a filha de sua ex-esposa.

66. Com relação aos alimentos gravídicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os alimentos gravídicos constituem direito do nascituro.
- b) As despesas com a gestação devem ser custeadas exclusivamente pelo futuro pai da criança.
- c) Para a fixação dos alimentos gravídicos, é necessário que a paternidade seja cabalmente comprovada, inclusive por meio de exame de DNA intrauterino.
- d) Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos são extintos, devendo a pensão alimentícia do recém-nascido ser pleiteada em ação própria.
- e) O réu será citado na ação de alimentos gravídicos para responder em 5 dias.

empresárias, marque a opção que está em conformidade com a lei:

- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
- b) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também averbá-la, com a prova da inscrição originária.
- c) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, deve, observadas as formalidades legais, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.
- d) O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas e a sociedade simples ao Registro Público de Empresas Mercantis, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.
- e) O registro dos atos sujeitos à formalidade exigida na lei será requerido pela pessoa obrigada em lei, e, no caso de omissão ou demora, perde-se esse direito.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

67. As pessoas que desejam exercer atividade empresarial precisam seguir as normas impostas pela legislação. A respeito das regras legais sobre o registro do empresário e das sociedades

68. Dentre os institutos complementares, há dois que chamam mais a atenção pela sua importância prática, são eles o estabelecimento e o nome empresarial. Sobre esses institutos, marque a alternativa correta:

- a) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, admite-se que, em determinadas situações, o estabelecimento se confunda com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.
- b) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome de um deles a expressão "e companhia" ou sua abreviatura.
- c) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de dois anos, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- d) Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura, sendo que a firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social e a denominação deve designar o objeto da sociedade, não sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.
- e) O nome empresarial não pode ser objeto de alienação, assim como o estabelecimento também não pode ser objeto de alienação.

69. Em cada opção há dois tipos de sociedade, marque a opção que prevê um tipo de sociedade que será sempre empresária e o outro tipo de sociedade não personificada, respectivamente.

- a) sociedade limitada e sociedade em comum.
- b) sociedade em nome coletivo e sociedade simples.
- c) sociedade anônima e sociedade em conta de participação.
- d) sociedade em comandita por ações e sociedade em comandita simples.
- e) sociedade cooperativa e sociedade em comum.

70. A operação societária que independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e que obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se, além disso, depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social, o disposto na legislação. A descrição acima refere-se ao tipo de operação chamada de:

- a) transformação
- b) dissolução
- c) fusão
- d) cisão
- e) incorporação

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

71. Suponha que, no curso de ação judicial, após a verificação de uma irregularidade de representação da parte, o juiz tenha determinado a suspensão do processo e designado prazo razoável para a correção do vício. Descumprida a determinação,

- a) O processo será extinto, se a providência couber ao réu.
- b) O terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.
- c) O processo seguirá sem a intimação do autor, se a providência e ele couber.
- d) O pedido deverá ser julgado improcedente, se a providência couber ao autor.
- e) O pedido deverá ser julgado procedente, se a providência couber ao réu.

72. De acordo com o Código de Processo Civil, para a admissão de um incidente de assunção de competência, será necessário constatar:

- a) Relevante questão de fato; grande repercussão social; multiplicidade de processos.
- b) Relevante questão de direito; grande repercussão social; multiplicidade de processos.
- c) Relevante questão de fato ou de direito; grande repercussão social; multiplicidade de processos.
- d) Relevante questão de direito; grande repercussão social; sem repetição em múltiplos processos.
- e) Relevante questão de fato; grande repercussão social; sem repetição em múltiplos processos.

73. Sobre o recurso adesivo no âmbito do processo civil, é correto afirmar que:

- a) Depende de sucumbência recíproca e da interposição de recurso inicialmente por apenas uma das partes;
- b) Será admissível no agravo de instrumento.
- c) Não fica subordinado ao recurso independente.
- d) Será conhecido ainda que o recurso principal não o seja.
- e) Deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias.

74. Sobre as prerrogativas e atuação da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Aplica-se o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.
- b) A Defensoria Pública somente pode prestar assistência jurídica às pessoas naturais.
- c) A contagem de prazo em dobro prevista para a Defensoria escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei.
- d) A requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- e) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando causar danos, independentemente da comprovação de dolo, culpa e fraude.

75. *“O FonaJe foi instalado no ano de 1997, sob a denominação de Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil, e sua idealização surgiu da necessidade de se aprimorar a prestação dos serviços judiciais nos Juizados Especiais, com base na troca de informações e, sempre que possível, na padronização dos procedimentos adotados em todo o território nacional.”.* Considerando os enunciados do FONAJE acerca dos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) A extinção ou desistência da ação originária não torna prejudicada a apreciação do pedido contraposto.
- b) O exercício do direito de ação no Juizado Especial Cível é facultativo para o autor.
- c) A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, ainda que não identificado o seu recebedor.
- d) Não se admite embargos de terceiro no âmbito dos juizados especiais cíveis.
- e) Aplica-se aos Juizados Especiais a necessidade de publicação no Diário Eletrônico quando o réu for revel

76. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público. Para a atuação da Defensoria Pública na referida situação, exige-se:

- a) Estejam envolvidas pessoas em situação de hipossuficiência econômica.
- b) Estejam envolvidas pessoas incapazes.
- c) Apenas a existência de citação por edital já será suficiente para a atuação da Defensoria Pública.
- d) Existam pessoas sem a representação de advogados.
- e) A inércia do Ministério Público.

77. Sobre a atuação da Defensoria Pública no âmbito das ações coletivas, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores idosos que tiveram plano de saúde reajustado em razão da mudança de faixa etária, se os titulares não forem carentes de recursos econômicos
- b) É inconstitucional a previsão de legitimidade ativa da Defensoria Pública para a propositura de ação civil pública.
- c) A Defensoria Pública não tem legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública com vistas a promover a defesa de direitos individuais homogêneos de beneficiários de planos de saúde contra eventuais abusividades praticadas pelas operadoras.
- d) A Defensoria Pública não possui legitimidade para propor ação civil pública, em nome próprio, com o objetivo de defender direitos difusos, direitos coletivos em sentido estrito e direitos individuais homogêneos de consumidores lesados em relações com instituições financeiras.
- e) A Defensoria Pública possui legitimidade ativa para propor ação civil pública com vista a impor ao Estado o cumprimento de obrigações legais na tutela de pequenos agricultores familiares.

78. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação em que o ausente for réu será proposta:

- a) No foro do seu último domicílio.
- b) No foro do domicílio do seu curador.
- c) No foro do domicílio do autor.
- d) No foro de situação da coisa.
- e) No foro do seu representante ou assistente.

79. De acordo com as normas do Código Civil acerca do litisconsórcio,

- a) Cada litisconsorte tem o dever de promover o andamento do processo, e todos podem ser intimados dos respectivos atos.
- b) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de improcedência do pedido.
- c) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- e) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DPE-SP

Tiago Zanolla

80. De acordo com o escalonamento das classes instituídas pela Lei Complementar nº 1.050/2008, os cargos na Defensoria Pública são distribuídos em referências e graus, conforme a exigência de maior capacitação para o desempenho de suas atribuições. Considerando as disposições do artigo 3º dessa lei, assinale a alternativa correta:

- a) O cargo de Oficial de Defensoria Pública pertence à Escala de Vencimentos - Superior, possuindo 3 (três) referências e 5 (cinco) graus.
- b) O cargo de Agente de Defensoria Pública é estruturado em 2 (duas) referências e 6 (seis) graus, pertencendo à Escala de Vencimentos - Superior.

c) O cargo de Analista de Defensoria Pública possui apenas 1 (uma) referência e 4 (quatro) graus, sendo vinculado à Escala de Vencimentos - Intermediária.

d) Os cargos de Oficial, Agente e Analista de Defensoria Pública possuem 3 (três) referências e 7 (sete) graus, conforme previsto na Escala de Vencimentos - Superior Jurídico.

e) O cargo de Oficial de Defensoria Pública exige formação em Direito e pertence à Escala de Vencimentos - Superior Jurídico, ao passo que os demais cargos pertencem à Escala de Vencimentos - Superior.

81. A Lei Complementar nº 1.050/2008 estabelece conceitos específicos para a estruturação dos cargos da Defensoria Pública. Assinale a alternativa correta:

a) Classe é o conjunto de referências dentro de uma mesma estrutura de vencimentos, organizadas conforme os requisitos de ingresso no cargo.

b) Referência é o valor do vencimento dentro de um grau específico, determinando a evolução salarial do servidor dentro da sua classe funcional.

c) Progressão consiste na mudança do servidor de uma referência para outra imediatamente superior dentro de sua classe, baseada na aquisição de novas competências.

d) Promoção ocorre quando o servidor passa do último grau de uma referência para o primeiro grau da referência subsequente dentro da mesma classe.

e) Estágio probatório tem duração de 2 (dois) anos de efetivo exercício e é exigido para a confirmação do servidor no cargo público da Defensoria Pública.

82. A Lei Complementar nº 80/1994, ao estabelecer os objetivos institucionais da Defensoria Pública, elenca princípios fundamentais que orientam sua atuação. Assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública tem como principal objetivo garantir a defesa técnica em processos judiciais, sem atuação extrajudicial ou promoção dos direitos humanos.
- b) A redução das desigualdades sociais e a primazia da dignidade da pessoa humana estão entre os objetivos institucionais da Defensoria Pública, conforme previsto na legislação vigente.
- c) A Defensoria Pública deve atuar prioritariamente na defesa do Estado contra demandas individuais que questionem políticas públicas estabelecidas.
- d) O fortalecimento do poder punitivo do Estado, por meio da ampla defesa dos interesses da acusação, é um dos objetivos fundamentais da Defensoria Pública.
- e) (E) A atuação da Defensoria Pública está restrita à defesa individual dos assistidos, não abrangendo a tutela coletiva de direitos humanos ou ações de interesse social.

83. A Defensoria Pública tem como um de seus pilares o atendimento qualificado e a garantia dos direitos dos assistidos. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 80/1994 estabelece direitos fundamentais que devem ser observados. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O assistido tem direito ao atendimento na Defensoria Pública, mas não pode exigir informações detalhadas sobre a tramitação do seu processo ou sobre providências necessárias à sua defesa.
- b) Caso o Defensor Público recuse a atuação em determinada causa, o assistido não pode requerer a revisão da decisão, uma vez que a atuação do defensor é discricionária.
- c) Os assistidos da Defensoria Pública possuem o direito de serem atendidos por qualquer defensor, independentemente de critérios como

competência territorial ou especialização do profissional.

- d) O assistido tem direito ao patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural, ou seja, aquele que detém competência legal para atuar no caso específico.
- e) Na hipótese de interesses antagônicos entre assistidos da Defensoria Pública, todos deverão ser representados pelo mesmo defensor, garantindo a uniformidade da defesa prestada.

84. A Defensoria Pública do Estado é administrada pelo Defensor Público-Geral do Estado, que exerce a chefia da instituição. Com base nas disposições da Lei Complementar nº 988/2006, assinale a alternativa correta:

- a) O Defensor Público-Geral do Estado é nomeado pelo Governador do Estado, sem necessidade de requisitos específicos ou critérios de escolha estabelecidos em lei.
- b) O Defensor Público-Geral do Estado tem mandato de 3 (três) anos, sendo vedada qualquer possibilidade de recondução ao cargo.
- c) O Defensor Público-Geral do Estado será escolhido dentre os integrantes do quadro ativo da carreira, indicados em lista tríplice, e deve ter pelo menos 8 (oito) anos de ingresso na carreira e 35 (trinta e cinco) anos de idade.
- d) Em caso de licença, férias ou impedimentos do Defensor Público-Geral do Estado, sua substituição será feita pelo Chefe de Gabinete, conforme previsto na legislação.
- e) A destituição do Defensor Público-Geral do Estado somente poderá ocorrer ao final de seu mandato, independentemente de sua conduta, uma vez que a nomeação se dá por meio de eleição direta.

85. As garantias institucionais dos membros da Defensoria Pública do Estado são essenciais para a autonomia da instituição e para o exercício pleno de suas funções. Com base na Lei Complementar nº 988/2006, assinale a alternativa correta:

- a) A independência funcional dos membros da Defensoria Pública do Estado pode ser relativizada por meio de orientações vinculantes expedidas pelo Defensor Público-Geral do Estado.
- b) A inamovibilidade dos Defensores Públicos é absoluta, não podendo haver qualquer forma de remoção, independentemente da situação.
- c) A irredutibilidade de vencimentos é uma garantia dos membros da Defensoria Pública, impedindo qualquer redução nominal de sua remuneração, salvo em casos de decisão judicial transitada em julgado.
- d) A estabilidade dos Defensores Públicos é adquirida após dois anos de efetivo exercício, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na legislação estadual.
- e) A remoção compulsória dos Defensores Públicos pode ser aplicada livremente pela Administração Pública, sem necessidade de motivação específica.

86. Os membros da Defensoria Pública do Estado possuem um regime jurídico específico que impõe restrições para garantir a imparcialidade e a moralidade no exercício de suas funções. Com base no art. 165 da Lei Complementar nº 988/2006, assinale a alternativa correta:

- a) Os Defensores Públicos do Estado podem exercer livremente a advocacia privada, desde que não haja conflito de interesses com suas atribuições institucionais.
- b) É vedado ao Defensor Público receber honorários, percentagens ou custas processuais em nome próprio, salvo quando atuar como assistente de acusação nos casos previstos em lei.
- c) O Defensor Público pode administrar empresas ou participar da gestão de sociedades desde que isso

não interfira no exercício de suas funções institucionais.

- d) É proibido ao Defensor Público valer-se de sua posição para obter vantagem pessoal, sendo essa uma infração grave passível de sanção disciplinar.
- e) O exercício de outro cargo ou função por um Defensor Público é permitido sem restrições, desde que haja compatibilidade de horários e autorização do Defensor Público-Geral.

87. A Defensoria Pública do Estado exerce um papel essencial na promoção do acesso à justiça e na tutela dos direitos fundamentais. Com base no art. 5º, VI, da Lei Complementar nº 988/2006, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública do Estado tem como uma de suas atribuições institucionais a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses, buscando a solução pacífica de litígios.
- b) A Defensoria Pública do Estado não possui legitimidade para atuar na tutela de direitos do consumidor, cabendo exclusivamente ao Ministério Público e aos Procons estaduais e municipais essa atribuição.
- c) A atuação da Defensoria Pública do Estado está restrita à tutela individual, não podendo propor ação civil pública para defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- d) A Defensoria Pública do Estado somente pode atuar na defesa de pessoas físicas, não sendo possível prestar orientação ou representação judicial para entidades civis que atuem na defesa de interesses dos necessitados.
- e) A Defensoria Pública do Estado não tem competência para atuar perante sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, cabendo essa atribuição exclusivamente ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério Público Federal.

88. A Defensoria Pública do Estado possui garantias institucionais que asseguram sua autonomia funcional e administrativa, permitindo sua atuação independente na defesa dos necessitados. Com base no art. 7º da Lei Complementar nº 988/2006, assinale a alternativa correta:

- a) A Defensoria Pública do Estado depende de autorização do Poder Executivo para editar atos de aposentadoria e exoneração de seus membros, uma vez que não possui autonomia administrativa.
 - b) A autonomia da Defensoria Pública do Estado não inclui a possibilidade de iniciativa de sua proposta orçamentária, sendo essa responsabilidade exclusiva do Poder Legislativo.
 - c) A Defensoria Pública do Estado possui competência para prover cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como para realizar remoções, promoções e demais formas de provimento derivado.
 - d) A Defensoria Pública do Estado não pode adquirir bens nem contratar serviços de forma independente, sendo obrigatória a autorização prévia do Poder Executivo para tais atos.
 - e) A Defensoria Pública do Estado não possui autonomia para decidir sobre a situação funcional dos Defensores Públicos e dos serviços auxiliares, cabendo ao Poder Judiciário essa competência.
-

Discursiva 1

O empregado público “X” frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público. Ficou comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para outra pessoa.

O servidor temporário “Y” permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei.

O empresário “Z”, atuando em conjunto com servidor efetivo, concorreu para o ato de improbidade, percebendo vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública.

Considerando que os atos foram cometidos de forma dolosa, sob a ótica da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, analise o caso, abordando:

- a) considerando os agentes, responda se há ato de improbidade e, caso afirmativo, qual o tipo;
- b) as sanções cabíveis e possibilidade de cumulação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Após homologação do acordo firmado entre as partes quanto à guarda unilateral do filho menor, que está com cinco anos de idade, a genitora, em decorrência de várias mensagens ofensivas enviadas pelo ex-marido por divergências sobre o exercício do direito de visitas ao filho, obteve como medidas protetivas de urgência a proibição de o pai da criança aproximar-se dela, de frequentar a sua residência, bem como de manter contato, por qualquer meio de comunicação. Com isso, a mãe do menor sentiu-se obrigada a impedir o pai de pegar a criança da forma previamente homologada judicialmente.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija, fundamentadamente, um texto, abordando a finalidade do direito de visita e explicando se as medidas protetivas concedidas à mãe têm o condão de impedir o direito de visita do pai ao filho, estabelecido em acordo homologado judicialmente.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3

Norma, casada com Jurandir há mais de 15 (quinze) anos, descobriu ser portadora do vírus HIV. Abalada com sua condição, confrontou Jurandir, que assumiu tanto seu comportamento promíscuo quanto a ciência de estar infectado há mais de dois anos – período em que assumiu deliberadamente comportamento temerário. Os filhos em comum estavam presentes no momento da revelação. Buscando socorrer-se ao Judiciário, Norma e seus filhos foram orientados a ajuizar demanda cível em face de Jurandir.

Pede-se, à luz das normas legais e da jurisprudência do STJ, fundamentadamente:

- a. A identificação do tipo de ação a ser proposta.
- b. A natureza da responsabilidade de Jurandir, a identificação de sua conduta e os pressupostos para sua responsabilização.
- c. A espécie de condenação e sua extensão.
- d. Os acréscimos legais pleiteados, decorrentes da condenação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 4

Acerca do tema "união homoafetiva", responda aos seguintes questionamentos:

- a) João e Alex viviam em união estável homoafetiva há 5 anos, quando decidiram se separar. Diante da situação de dificuldade em que se encontra, João ajuizou ação de alimentos contra Alex pedindo o pagamento de pensão alimentícia. Esse pedido é juridicamente possível?
- b) Alex pediu no Juizado da criança e do adolescente sua inscrição no registro de pessoas interessadas na adoção. Para que uma pessoa homoafetiva possa figurar na lista de adoção existe alguma limitação quanto à idade do adotando?
- c) A competência para julgar a ação de reconhecimento de união estável homoafetiva é da vara cível ou da vara de família?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
